

Artistas e produtores culturais de Olinda debatem o repasse dos recursos da Lei Paulo Gustavo | 1

A Prefeitura de Olinda deu início às escutas sobre a Lei Paulo Gustavo, na manhã desta sexta-feira (19), no Teatro Fernando Santa Cruz. O encontro foi coordenado pela Secretaria de Cultura do município, com apoio do Conselho Municipal de Políticas Culturais. A reunião foi aberta ao público e na ocasião foi apresentado o decreto que regulamenta a lei no âmbito federal e o fluxo para o repasse dos recursos para estados e municípios.

Pela lei, o Governo Federal irá destinar R\$ 3,862 bilhões, que serão divididos para todos os estados e municípios brasileiro. Desse montante, R\$ 2,767 bilhões foram destinados exclusivamente para ações da área audiovisual, devido à origem dos recursos, oriundos do Fundo Setorial Audiovisual (FSA). Outro R\$ 1,65 bilhão poderá ser utilizado para ampla aplicação dos demais setores e linguagens artísticas.

Do montante geral, Pernambuco receberá quase R\$ 100 milhões, desse valor, Olinda terá acesso a uma fatia de mais de R\$ 3 milhões. Pela lei, o repasse dos valores devem obedecer as ações descritas nos artigos abaixo;

Art. 6º I - Apoio a Produções Audiovisuais;

Art. 6º II - Apoio a salas de cinema;

Art. 6º III - Capacitação, formação e qualificação no audiovisual; apoio a cineclubes e a festivais e mostra;

Art. 8º Apoio às demais áreas da cultura que não o audiovisual.



Foto: Alice Mafra / PMO



Artistas e produtores culturais de Olinda debatem o repasse dos recursos da Lei Paulo Gustavo | 2

O diretor de Cultura de Olinda, Alexandre Miranda, destaca a retomada da estrutura do Ministério da Cultura. "Com a retomada do Ministério da Cultura, junto com a uma política de incentivo, acreditamos que será possível garantir aos gestores públicos o planejamento sistemático de ações de fomento à cultura da cidade", afirmou.

Próximas Etapas

O processo de escuta segue na próxima semana. Após o acolhimento de propostas do ciclo de escutas, a Secretaria de Cultura irá enviar o plano de trabalho para o Ministério da Cultura (Minc). Depois da aprovação do plano, será aberta uma conta para os repasses dos valores e posteriormente a transferência dos valores para os produtores e artistas da cidade.